

## Departamento do Trabalho dos EUA

### Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2020

#### Cabo Verde

Em 2020, Cabo Verde fez um avanço moderado nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. A Assembleia Nacional aprovou uma proposta de lei relativa a Crimes de Agressão e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a qual aumenta as penalidades para assalto sexual, nomeadamente em casos de exploração sexual comercial, mensagens de texto sexuais (sexting) e turismo sexual infantil. O Observatório de Monitorização e Identificação Rápida de Tráfico de Pessoas também instituiu procedimentos internos e uma lista de prioridades relacionadas com o tráfico de seres humanos, incluindo o tráfico infantil. Ademais, o governo alargou o ensino obrigatório, com isenção de propinas, até ao 12º ano. No entanto, as crianças em Cabo Verde estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial, por vezes como consequência do tráfico de seres humanos. As crianças também desempenham trabalhos perigosos na agricultura. As autoridades de aplicação da lei carecem de recursos necessários para dar seguimento a investigações abrangentes e a comunicação entre os órgãos de aplicação da lei é limitada. Ademais, os programas sociais de auxílio às crianças envolvidas no trabalho agrícola e doméstico não são suficientes para fazer face à dimensão deste problema.

#### Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo nas suas piores formas, em Cabo Verde.

Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Prescrever por lei a quantidade de horas semanais e as condições em que é permitido realizar trabalhos leves.	2015 – 2020
Fiscalização	Garantir que os investigadores criminais recebem o financiamento adequado, assim como recursos humanos, para levarem a cabo investigações abrangentes, incluindo investigações de trabalho infantil.	2014 – 2020
	Publicar os dados de aplicação do direito laboral, nomeadamente informações relativas ao financiamento da Inspeção Geral do Trabalho, se são ministrados cursos de actualização, o número de violações infantis identificadas e o número de penalidades impostas e arrecadadas relacionadas com o trabalho infantil.	2011 – 2020
	Desenvolver um sistema para compilar e partilhar dados abrangentes relativos ao combate ao tráfico de pessoas e identificação de vítimas	2018 – 2020

**Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil**

<b>Área</b>	<b>Acção sugerida</b>	<b>Ano(s) sugerido(s)</b>
	entre os órgãos de aplicação da lei para melhorar os esforços de colaboração.	
	Divulgar publicamente os dados de aplicação da lei penal, nomeadamente informações relativas à formação para novos investigadores criminais, se são ministrados cursos de actualização e o número de investigações levadas a cabo, violações identificadas, procedimentos penais intentados e penalidades impostas por violações relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.	2011 – 2020
	Garantir que o judiciário disponha de recursos e pessoal suficientes para que os casos sejam processados de forma tempestiva.	2019 – 2020
Políticas governamentais	Garantir que actividades sejam empreendidas para implementar o Plano de Acção Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.	2020
Programas sociais	Garantir que os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e crianças em áreas remotas tenham igualdade de acesso ao ensino, incluindo a provisão de transporte adequado.	2020
	Realizar campanhas de sensibilização relacionadas com o tráfico de pessoas, nomeadamente sobre turismo sexual infantil, em todas as nove ilhas habitadas.	2018 – 2020
	Instituir programas que abordem o trabalho infantil na agricultura e no trabalho doméstico.	2010 – 2020